

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT Especial

O CONTROLE DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO POLÍTICO:
VIGILÂNCIA E NOVAS FORMAS DE PODER E MANIPULAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS

CONTROL OF INFORMATION IN THE POLITICAL CONTEXT:
SURVEILLANCE AND DIGITAL SOCIAL MEDIA NEW FORMS OF POWER AND MANIPULATION

Renan Pereira Oliveira – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Bárbara Coelho Neves – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este resumo expandido objetiva discutir a relação das mídias sociais digitais com a democracia e como os distúrbios associados à desinformação impactam nos processos políticos no contexto do capitalismo contemporâneo. Trata-se de uma proposta de análise preliminar, a partir da metodologia bibliográfica, sobre os impactos dos novos ambientes digitais na democracia e as novas formas de circulação da informação de natureza política, apontando como isso tem mudado as campanhas políticas contemporâneas. Para isso, fazemos articulações conceituais de capitalismo de vigilância, regime de informação e infocracia, a partir de autores de relevo nesse debate. Concluímos que o modelo de negócios e a apropriação das mídias sociais digitais pelo capitalismo tem resultado em vários distúrbios informacionais que enfraquecem a democracia.

Palavras-chave: tecnopolítica; capitalismo de vigilância; democracia digital.

Abstract: This expanded abstract aims to discuss the relationship between digital social media and democracy, as well as how the disturbances associated with misinformation impact political processes within the context of contemporary capitalism. It presents a preliminary analytical proposal based on bibliographic methodology, examining the effects of new digital environments on democracy and the evolving circulation of politically relevant information, highlighting the changes in contemporary political campaigns. To achieve this, we establish conceptual linkages among surveillance capitalism, information regimes, and infocracy, drawing on prominent authors in this discourse. We conclude that the business model and appropriation of digital social media by capitalism have resulted in various informational disturbances that undermine democracy.

Keywords: technopolitics; surveillance capitalism; digital democracy;

1 INTRODUÇÃO

Os impactos causados na sociedade pela Internet e pelas mídias sociais digitais são sem precedentes na história das civilizações humanas. Como tais processos estão em pleno curso, ainda não é possível identificar o apogeu do fenômeno da digitalização da vida e das coisas, que repercute na dinâmica da cultura e reverbera também na seara econômica e política, criando um novo contexto informacional.

Ainda nos anos de 1990 até o início dos anos 2000, quando a Internet, mais precisamente a Web, começava a fazer parte do cotidiano humano, alguns pesquisadores vislumbraram com otimismo a nova tecnologia para o ambiente democrático. Dizard Junior (2000) foi um deles que, na ocasião, dizia acreditar no potencial democrático da convergência midiática capitaneada pela Web. Para ele, “[...] um desafio bem-vindo para uma sociedade democrática que valoriza a escolha e a variedade, sobretudo em questões de informações” (Dizard Junior, 2000, p. 255). Mais tarde, tais escolhas e variedades informacionais se revelaram, no mínimo, questionáveis. Outros pesquisadores observaram com cautela e desconfiança o surgimento da Internet no âmbito social, a exemplo do francês Dominique Wolton (2000).

Sabe-se que a democracia vem passando por transformações nas últimas décadas, e a Internet parece ser o seu principal combustível. Nesse contexto, mais do que uma transformação, trata-se de uma crise democrática, onde diversos fatores apontam para conclusões muitas vezes incongruentes e dispersas. Sabe-se também que a erosão da confiança nas instituições democráticas, como partidos políticos, agentes políticos, meios de comunicação tradicionais, sobretudo o jornalismo como fonte de informação, tem sido apontada como fator considerável para a formação desse ambiente de desconfiança e de polarização política. O novo modelo dos fluxos informacionais na sociedade, através da mediação das redes sociais digitais, e do maior protagonismo por parte dos usuários na produção e difusão de informação, sem dúvida, também são outros fatores que precisam ser analisados para a compreensão do fenômeno. Todavia, ainda não está claro o que é causa e o que é consequência nisso tudo, mas certamente o modelo de negócios adotado pela famigeradas *big techs* muito tem a explicar sobre esse cenário.

Desde a ascensão avassaladora da Internet no cotidiano humano, se edificando assim a chamada cibercultura (Lévy, 1999), ou ainda a mediatização da cultura (Hjarvard, 2014),

estruturas sociais que se mantiveram praticamente estáveis em boa parte do século XX viram-se abaladas, mas agora buscam nesse novo contexto informacional novas formas de domínio, controle, vigilância e hegemonia. A democracia passa por uma crise de circunstâncias inéditas; o capitalismo, idem. Há anos as conhecidas e dominantes democracias liberais e representativas, que se estabeleceram em grande parte do ocidente desde os anos 1980, têm convivido com o apelo por mais participação e transparência.

Mas nem tudo são flores. A ascensão de regimes autoritários, o protagonismo autocrático e enviesado dos algoritmos nos fluxos de informação, a mediação pelas mídias sociais digitais de desinformação e *fakenews* são apenas exemplos do lado mais nefasto desta nova democracia em tempos de Internet. Para Neves (2017, p. 25) “as relações entre informação, Estado, economia e sociedade se dão de maneira desigual, promovendo mudanças na maneira dos indivíduos desenvolverem as condições de ligação com estas esferas”. Ela aponta a informação como um papel de destaque nesse novo ambiente informacional, colocando-a como elemento principal entre as relações de poder.

Identificar as principais discussões sobre as implicações das tecnologias digitais na democracia e, mais precisamente das redes sociais digitais no contexto do capitalismo de plataforma, mobiliza a escrita deste trabalho. Para isso, recorreremos à metodologia de pesquisa bibliográfica, visando mapear na literatura especializada da Ciência da Informação e da Ciência Política os trabalhos já produzidos que discutem os temas aqui em relevo, associando conceitos como capitalismo de vigilância, regime de informação, tecnopolítica e democracia digital com os distúrbios informacionais, sobretudo com o fenômeno das *fakenews* no ambiente político. Os critérios de seleção dos autores se basearam nas referências bibliográficas indicadas pelo componente curricular *Tecnopolítica e Distúrbios Informacionais*, ministrado entre março e abril de 2023 na Universidade Federal da Bahia, que também é o recorte temporal desse trabalho. Nesse sentido, as fontes de informação ancoram-se nos livros e artigos, em língua portuguesa, inglesa e espanhola, que tal componente apresentou em sala de aula para os debates.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DAS TECNOLOGIAS NAS DEMOCRACIAS

Um dos primeiros instrumentos comunicativos do *Homo Sapiens* foi a fala (Castilho *apud* Pena, 2005), onde o homem passa para um estágio de pensamento lógico e libertador,

numa nova dinâmica de sociabilidade. Não é à toa que os relatos orais são considerados pelo historiador Peter Burke (2012) como a primeira grande mídia. “Mas os próprios gregos perceberam as possibilidades de manipulação do conteúdo oral através da habilidade do orador” (Pena, 2005, p. 15). E foi a partir da fala, do debate de ideias na arena pública, que os gregos fundaram o seu modelo de regime político, que após séculos no ostracismo irrompeu no último século como tendência para os estados do ocidente, sobretudo a partir do final do século XX, batizado agora como democracias liberais. Seu apogeu se deu no contexto das mídias eletrônicas, forjando as democracias de massa sob a égide do rádio e da televisão, mas agora, na arena digital, remodelam-se em novos arranjos tecnológicos e informacionais, criando novas possibilidades de comunicação social.

A comunicação foi a base fundamental para o nascimento da democracia cerca de dois milênios atrás (Fernandes, 2021). Na ágora grega, se comunicar nos processos de decisões políticas, nos debates públicos, era um dos principais instrumentos da democracia. “Do ponto de vista dos valores, a comunicação permeia toda a tradição religiosa e cultural do Ocidente, antes de torna-se um dos canais normativos mais poderosos nas lutas pela liberdade e pela democracia”, afirma Wolton (2001, p. 9). “Todavia”, prossegue o sociólogo, “sua instrumentalização, através das técnicas cada vez mais sofisticadas, mudou radicalmente o estatuto e a introduziu na era do capital e do livro” (*idem*). Não à toa, os gregos davam tanto valor à retórica, a capacidade de organizar as ideias em uma comunicação argumentativa clara e convincente (Fernandes, 2021).

No entanto, foram os próprios gregos que também instrumentalizaram a manipulação da linguagem para o convencimento dos cidadãos na praça democrática, valendo-se do sofismo para confundir e manipular a opinião pública, incorporando aos seus discursos elementos da manipulação, da desinformação e dos argumentos ilógicos, lançando mão do debate racional, tão caro à democracia grega.

Trazendo a discussão para as democracias contemporâneas, as questões e problemas acerca das tecnologias digitais nos processos democráticos são variados e muitas vezes divergentes. O debate entre tecnologia e política deixa inegavelmente nos seus meandros vastos debates no âmbito social e econômico, afunilando ainda mais para temas como comunicação e tecnologia no regime de informação alicerçado pela infraestrutura criada pelas *big techs* nos seus modelos de negócio. Segundo Lima *et al.* (2023), essas plataformas controlam não apenas ambientes de comunicação, mas também negócios bilionários para

terceiros e para elas próprias, por meio da publicidade e do impulsionamento de conteúdos, bem como a extração de dados dos usuários.

Para Han (2022), regime de informação é a forma de dominação onde informações e seu processamento através de algoritmos e inteligência artificial são capazes de configurar de forma decisiva os processos sociais, econômicos e políticos. A expressão regime de informação foi inicialmente apresentada por Bernd Frohmann em uma conferência em 1995 (Bezerra, 2021). Um modo de produção informacional dominante – conforme a definição de González de Gómez (2002), que aprofunda o conceito de regime de informação de Frohmann com base na Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour. Para a autora, trata-se de um modo de produção informacional dominante em uma formação social, onde são definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (González de Gómez, 2002).

Para Han (2022), o regime de informação envolvido no contexto da transformação digital é um conceito contrário ao regime disciplinar, onde a exploração não acontece através de corpos e energias, mas de informações e dados. “Não é, então, a posse de meios de produção que é decisiva para o ganho do poder, mas o acesso a dados utilizados para vigilância, controle, prognóstico de comportamento psicopolíticos” (Han, 2022, p. 7). Segundo ele, este regime de informação é inerente ao capitalismo contemporâneo.

É perceptível que as mídias sociais podem trazer aspectos positivos para a democracia, mas é igualmente visível que elas oferecem riscos aos processos democráticos nesse regime de informação digital liderado pelas *big techs* e seus algoritmos. De acordo com Santana e Neves (2021), a performance do algoritmo na plataforma pode ocorrer de acordo com o enviesamento que os usuários lhe dão durante seu uso, alimentando seu rol de regras e definições a partir das preferências e, por sua vez, do perfil do indivíduo pelos quais são selecionados dos rastros de navegação que o usuário deixa na própria plataforma.

Para Han (2022), as mídias analógicas de massa acabam destruindo o discurso racional, tornando-se uma midiocracia. “Na midiocracia, também a política se submete à lógica das mídias de massa. O entretenimento determina a mediação de conteúdos políticos e deteriora a racionalidade” (Han, 2022, p. 28). Mas em tempos de digitalização da vida, a democracia se transforma em infocracia. “O tsunami de informação desencadeia forças destrutivas” (Han, 2022, p. 25).

Um dos problemas apontados por Han diz respeito à psicomетria, procedimento que produz perfis de personalidade através do uso da Internet, e que tem sido usada pelo marketing político. “O comportamento eleitoral é influenciado, assim como o comportamento do consumo, em níveis inconscientes”. Han prossegue afirmando que a “Infocracia impulsionada por dados mina o processo democrático que pressupõe autonomia e liberdade de vontade” (Han, 2022, p. 39). Um dos exemplos do uso dos psicogramas foi nas eleições de 2016 vencidas por Donald Trump, com o apoio da empresa britânica *Cambridge Analytica*, extraíndo dados de usuários de forma duvidosa, longe dos padrões éticos e legais. Para Zuboff (2019), a empresa que ajudou na vitória de Trump utiliza os elementos da rotina diária dos métodos e dos objetivos que ela chama de capitalismo de vigilância, utilizando inclusive mercados comerciais em futuros comportamentos para ganhos na esfera política.

Nessa nova estratégia do marketing eleitoral via mídias digitais, os programas políticos dos partidos e candidatos são menos importantes. São, em vez disso, usados com propósitos manipulativos e, não raramente, com propósito de difundir *fakenews*. Para Han (2022), na midiocracia das mídias analógicas de massa havia, sim, um mundo de aparências e excessivo entretenimento, mas na infocracia das mídias digitais há uma infraestrutura para a produção massiva de *fakenews*. Não à toa, são justamente as *fakenews* um dos maiores problemas das democracias contemporâneas. Na infocracia, para Han, as campanhas eleitorais se resumem em guerra de informação, onde as mídias sociais são verdadeiras arenas infocráticas.

3 O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA NO CONTEXTO DA TECNOPOLÍTICA

A partir do conceito de capitalismo de vigilância, Zuboff (2019) tem apontado as diversas disfunções do que chama de plataformismo e a sua repercussão na sociedade. Para ela, o capitalismo de vigilância utiliza matéria-prima humana gratuita para a extração de dados comportamentais, servindo de base para o mercado de comportamentos futuros, através de técnicas de predição. Zuboff (2019) aponta o Google como pioneiro e principal praticante do capitalismo de vigilância. Para ela, trata-se de uma poderosa nova forma de capitalismo. No modelo, há um constante e incessante monitoramento e, sobretudo, extração irregular de dados dos usuários. Dados que funcionam como matéria-prima “nos altamente lucrativos produtos algorítmicos criados para prever o comportamento dos usuários” (Zuboff, 2019, p. 82).

No caso do Google, gigante que detém inúmeros instrumentos para a vigilância, de e-mails à armazenagem na nuvem, ele é capaz, através de suas tecnologias algorítmicas patenteadas, de prever o comportamento humano. São as chamadas técnicas de predição, que faz parte de outro projeto do Google que Zuboff (2019) denomina de *superávit comportamental*. Trata-se de um mecanismo de vigilância constante dos usuários justamente para traçar perfis psicológicos de uma maneira muito precisa, e assim coletar dados e valores comportamentais. “Foi na força desse *superávit comportamental* que a jovem companhia encontraria a solução para “lucro constante e exponencial”, que seria necessário para a sobrevivência” (Zuboff, 2019, p. 93). Nessa tônica, Han (2021) afirma que as guerras de informação são conduzidas com todos os meios técnicos e psicológicos inimagináveis. Para Zuboff, as estruturas das guerras de informação representam os procedimentos operacionais padrão do capitalismo de vigilância. Valendo-se de tais métodos, a *Cambridge Analytica* cria as suas operações para, segundo Zuboff, produzir ignorância através do sigilo e meticulosa evasão da consciência individual. Nas palavras de Conci e Lopes (2021, p. 354), “esse processo não somente multiplicou a quantidade de informação disponível para informar, mas [...] para desinformar o receptor”.

A prática da extração de psicogramas de usuários da Internet e o *superávit comportamental* capitaneado pelo Google são projetos do contexto neoliberal. Tais práticas podem explicar a transição da biopolítica, proposta sustentada por Foucault onde o domínio e a vigilância do corpo faziam parte do sociedade pan-óptica, para a psicopolítica, abordagem que Byung Chu-Han sustenta a partir do contexto da Internet e das mídias sociais, onde tal domínio não acontece mais pelo biológico, pelo corpo humano, mas pelo psicológico. Na psicopolítica, ao contrário da biopolítica, explora-se a liberdade dos indivíduos - ou pelo menos a sensação de liberdade, numa espécie de prisão invisível com portas abertas, onde os sujeitos se voluntariam a estar nessa “prisão”.

A virada para a *psíquê* e, em consequência, para a *psicopolítica*, também está relacionada à forma de produção do capitalismo atual, pois ele é determinado por modos imateriais e incorpóreos. São produzidos objetivos intangíveis, como informações e programas (Han, 2021, p. 40).

Para Han, a psicopolítica neoliberal se baseia massivamente na tecnologia digital, com técnicas que apelam aos sentimentos e emoções. Não é coincidência que o novo marketing

eleitoral já aderiu definitivamente às práticas que recorrem às emoções para criar as suas estratégias discursivas e produzir as suas mensagens políticas. Uma lógica muito utilizada nas propagandas altamente emocionais de regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo, cujo medo, a desinformação e a propagação de ódio são seu tripé basilar.

4 OS DISTÚRBIOS INFORMACIONAIS: DESINFORMAÇÃO E *FAKENEWS* NA POLÍTICA

Houve um tempo em que a falta de acesso à informação parecia ser um problema para a sociedade e para as democracias. As desigualdades sociais abriam um fosso entre aqueles que podiam acessar informação diversificada e qualificada para a consciência cidadã para a tomada de decisões políticas, e os que não tinham acesso à informação. Hoje, e já há algum tempo, o problema não é mais o acesso, mas o uso da informação em um contexto de excedente informacional. “O mar de dados e informações, por vezes, abre um leque de possibilidades para o indivíduo criar sentido em sua busca informacional” (Neves, 2017, p. 26). Para Neves, a segurança da veracidade das informações disponíveis é uma das problemáticas do acesso à informação digital.

Não se trata de responsabilizar e culpabilizar a tecnologia, mas de problematizar como as tecnologias digitais foram apropriadas no contexto capitalista e identificar os seus efeitos na democracia. Acreditamos que se trata de um problema político, no sentido tecnopolítico, e não necessariamente tecnológico ou cultural. As redes sociais em si possuem um enorme potencial para fortalecer a democracia, porém, o modelo de negócios adotado pelas *big techs* tem favorecido diversas disfunções informacionais no âmbito político, sobretudo a partir da lógica capitalista de maximização de lucros, da vigilância para a extração de dados de informações de cidadãos, sem falar na transformação do cidadão em mero consumidor, configurando os processos sociais, como os políticos, em verdadeira arena de negócios. A vigilância e a coleta de dados e de informações de caráter pessoal exercida pelas *big techs*, além de, em muitos casos, ferir direitos humanos e motivar crimes, podem conduzir a um modelo de negócio monopolista e anticoncorrencial (Lima *et al.*, 2023).

O retrato mais evidente desse cenário é a proliferação de desinformação e *fakenews* durante campanhas políticas, onde informação diversa e qualificada para a tomada de decisão do cidadão, tão cara à democracia, dá lugar a uma guerra de informação, teorias da conspiração e avalanches de *fakenews*. Tais práticas têm encontrado nas mídias sociais uma

estrutura tecnológica para a sua prática, através das configurações algorítmicas para a distribuição de informação pelas redes. “Nesse novo modelo de sociedade onde a convergência da informática, comunicação e informação cooperam ou desfiguram a sustentação da democracia no mundo, surge a ideia de sociedade da informação” (Neves, 2017, p. 41).

Silveira (2019) esclarece que as redes sociais digitais são organizadas pelos algoritmos, que determinam o que vemos ou deixamos ver nas redes, realizando uma espécie de curadoria informacional. Nesta entrega programada de seleção de informação, não raramente desinformação, *fakenews*, discursos de ódio e teorias conspiratórias são apresentadas massivamente aos usuários. Na democracia, que pressupõe diversidade de informação e de seus fluxos, os algoritmos atuam como verdadeiros mediadores informacionais e, consequente, das informações de natureza política. Não por acaso, nos últimos anos assistimos a um maior acirramento e polarização da sociedade. Pariser (*apud* Silveira, 2019) tem chamado esta atividade algorítmica de filtragem, gerando bolhas para agrupar massas que possuem os mesmos padrões de valores e visão de mundo pelo viés dos algoritmos.

Nas eleições norte-americanas de 2016, e nas brasileiras de 2018, o uso de sofisticadas técnicas de segmentação da publicidade eleitoral, principalmente da reunião de grandes quantidades de dados de diferentes origens para definir microsegmentos do eleitorado com “[...] a finalidade de disseminar desinformação, boatos e notícias falsas, trouxe dúvidas se a democracia conseguirá sobreviver à destruição de parâmetros da realidade que anulam o debate e substituem-no pelo confronto de pós-verdades (Silveira, 2019, p. 32). Para Han (2021), o eleitor, então, na condição de consumidor, apenas reage passivamente à política, reclamando e criticando como um produto que compra e não gosta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de negócios estabelecido pelas *big techs* no contexto de um novo capitalismo de base informacional, que emerge sob o manto da vigilância e da extração de dados, de sistemas algorítmicos que estabelecem unilateralmente o que a sociedade vai ou não ficar sabendo, vem impactando de forma negativa a qualidade da democracia. Para alguns autores, tal cenário tem criando uma erosão democrática. Ao longo do trabalho, ao fazermos uma breve revisão da literatura sobre os tópicos previamente propostos, acreditamos que

alcançamos os nossos objetivos, na medida em que revisitamos os conceitos teóricos com os aspectos mais práticos deste novo cenário político mediado pelas mídias sociais digitais. Tal cenário tem descortinado rupturas institucionais, proporcionando a disseminação de desinformação e criando um ambiente social de controle político da informação, evidenciando novas formas de poder e hegemonia.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: II: da enciclopédia à Wikipédia. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CONCI, Luiz Guilherme Arcaro; LOPES, José Guilherme Maia. Processos de escolha política, mediação antidemocrática e ambientes digitais. **RDP**, Brasília. v. 18. n. 99, 352-377, jul./set.2021

DIZARD JR., Wilson. **A nova mídia**: comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERNANDES, R. M. Direito à comunicação e cidadania: o processo democrático no centro do debate. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, p. 139–145, jan. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27- 40, 2002.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

LIMA, Paulo Ricardo S. *et al.* A ação das big techs no trato de dados e de informações: desafios e perspectivas para a ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: ENANCIB, 2023.

NEVES, Barbara Coelho. **Tecnologia e mediação**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

SANTANA, Ramon D.; NEVES, Barbara Coelho. Mediação algorítmica e efeito “filtro-bolha” no ciberespaço. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ENANCIB, 2021.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Democracia e os códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?:** uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Editora Sulina, 2000.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism:** the fight for a human future at the new frontier of power. Nova York: Public Affairs, 2019